

## **Na crise do mensalão, o PT temeu o *impeachment*. A oposição não agiu. Lula deu a volta por cima**

As denúncias em turbilhão ligadas ao escândalo do mensalão, em 2005, deixaram desesperados integrantes do PT e do Governo Federal. Achavam que Lula não resistiria e que o *impeachment* do presidente da República era iminente. “Havia muita gente convicta de que o governo tinha acabado”, admitiu o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, em entrevista à revista *Veja*, em junho de 2008. Houve até uma “famosa noite”, em que os ministros Antonio Palocci (PT-SP), da Fazenda, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, sugeriram um acordo à oposição. Para evitar o acirramento da crise, nas palavras de Gilberto Carvalho, “Lula abriria mão da reeleição em troca do restante do mandato. Aquela noite foi difícil para todos nós”.

Os dois ministros procuraram o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) por orientação de Lula. Márcio Thomaz Bastos disse a FHC que o País ficaria ingovernável com o *impeachment*. O ex-presidente concordou, conforme o relato do repórter Carlos Marchi, no jornal *O Estado de S. Paulo*. E comprometeu-se a acalmar a oposição. Do repórter: “Nas semanas seguintes, a sua influência foi sentida e acabou sendo vital para que a oposição refreasse o ímpeto e não chegasse ao limite do pedido de *impeachment*”.

FHC avaliou que o afastamento de Lula “criaria uma cisão no Brasil”. Outros líderes da oposição, como o prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), e o presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), também foram procurados por emissários de Lula. O escândalo do mensalão provocaria ainda mais desolação nos dias seguintes. Lula ficaria chocado com o episódio da prisão, com dólares na cueca, de um assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do presidente do PT, José Genoíno (SP).

E quando Duda Mendonça admitiu à CPI dos Correios, em agosto de 2005, que recebera, no exterior, proveniente de caixa 2, pagamento pela campanha que havia elegido Lula, os dois ministros demonstraram ao presidente que a confissão do publicitário atinge pessoalmente o mais alto mandatário da nação. A situação, a partir dali, fugiria do controle do governo.

Daquela vez, Antonio Palocci se mostrou desorientado a FHC, e informou-o de que os conselheiros mais próximos de Lula temiam seriamente pelo futuro do presidente. Palocci falou em “desastre”. Para ele estava “tudo perdido”. Se não bastasse, de acordo com o relato do então ministro da Fazenda ao ex-presidente FHC, havia novos escândalos a explodir, como o de um rombo de R\$ 500 milhões no Banco do Brasil. Mas isso jamais veio à tona. E Lula conseguiu o que parecia impossível. Sobreviveu politicamente.

Um ano depois, no País da corrupção e da impunidade, Valdebran Padilha e Gedimar Passos, ambos ligados ao PT, foram presos pela Polícia Federal em um hotel em São Paulo, com R\$ 1,7 milhão em cédulas de reais e dólares. O escândalo do dossiê, como ficou conhecido, era uma trama contra políticos do PSDB, e se tivesse dado certo beneficiaria principalmente o candidato do PT a governador de São Paulo, senador Aloizio Mercadante.

Vários colaboradores de Lula se meteram na enrascada. Mas era tarde demais para implicar o presidente. A oportunidade já havia passado. O inquérito do escândalo do dossiê chegou ao STF (Supremo Tribunal Federal). Mercadante não foi incluído no rol dos indiciados, apesar de o então coordenador de sua campanha, Hamilton Lacerda, ter sido filmado no *lobby* do hotel com a sacola que conteria o dinheiro para comprar o dossiê. Os “aloprados” do PT, como definiria Lula, tinham a intenção de desmoralizar a oposição, vinculando-a à compra de ambulâncias superfaturadas e à chamada máfia dos sanguessugas. O tiro saiu pela culatra. Apesar de arranhado, Lula foi reeleito em 2006 para mais quatro anos de governo. Quanto a Mercadante, em desvantagem na disputa eleitoral, perdeu ainda no primeiro turno.

Como vimos, Lula tornou-se um mestre na arte da dissimulação. Mostrou habilidades contorcionistas no caso José Sarney. Fez de tudo ao seu alcance para proteger o aliado. E foi assim em todos os episódios aqui relatados, independentemente da gravidade dos fatos. Lula mostraria competência para dizer que não era com ele. Não titubearia na hora de pôr sua máquina parlamentar a serviço do bloqueio das investigações. Trabalharia contra todos os inquéritos que não lhe interessavam. Minimizaria a importância das evidências. Debocharia dos indícios. Ridicularizaria adversários.

A lentidão da Justiça brasileira ajudou. Favoreceu a impunidade. Deixou incólume a corrupção. Dois anos após o escândalo do dossiê, por exemplo, não havia ninguém formalmente denunciado. A investigação estava parada, com a desculpa da impossibilidade de se descobrir a origem do dinheiro. Ora, não havia mistério algum: o dinheiro veio do caixa 2 do PT e foi usado para beneficiar a candidatura do senador Mercadante. Era só responsabilizá-lo.

Lula foi reeleito. Manteve a alta popularidade. Aumentou-a ainda mais. Seguidores do presidente chegaram a ensaiar a apresentação de uma emenda à Constituição, para autorizá-lo a concorrer a um terceiro mandato consecutivo. A crise econômica internacional talvez tenha freado os ânimos dos amigos. Em todo o caso, Lula passou o segundo mandato negando que soubesse de fatos ligados ao escândalo do mensalão. Em todas as oportunidades refutou o esquema de compra de votos no Congresso. E tratou de defender os aliados.

O ex-deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) é um bom exemplo. Havia renunciado ao mandato para evitar possível cassação em 2005. Fora denunciado por receber um mensalinho de R\$ 10 mil para autorizar o funcionamento de um restaurante na Câmara dos Deputados. Claríssimo o seu envolvimento. Não havia como negar. Tanto que, dois anos depois, Severino Cavalcanti acabaria acusado pelo Ministério Público Federal por ter exigido e recebido R\$ 137 mil de propina.

Pois bem. Em março de 2008, Lula fez discurso em Recife para dizer que a “elite paulista e do Paraná” derrubara Severino Cavalcanti da presidência da Câmara, como se um esquema de corrupção não tivesse sido desbaratado. “Continuo tendo o mesmo respeito que eu tinha por você”, frisou Lula. Naquele ano, Severino Cavalcanti seria eleito prefeito de João Alfredo (PE).

Dois dias após elogiar Severino, Lula partiu para defender o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), outro aliado que, de tão enrolado, se viu forçado a renunciar à presidência do

Senado em meio a uma série de denúncias de corrupção e condutas inadequadas. Palavras do presidente da República:

- Não vou permitir que alguém que não tenha moral de fazer crítica a alguém possa fazer com que eu rompa a amizade que tenho com um companheiro que me ajudou tanto tempo como o companheiro Renan Calheiros ajudou no Senado da República.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), trouxe luz a um novo escândalo ao anunciar, em agosto de 2008, a substituição de três contratos suspeitos de fraude assinados na gestão de Renan Calheiros. Eram contratos para a prestação de serviços de manutenção e condução de veículos, comunicação social e vigilância desarmada no Senado. Havia indícios de vícios em licitação, superfaturamento e quebra de impessoalidade, conforme gravações de conversas entre funcionários do Senado. Os três contratos implicavam gastos superiores a R\$ 3 milhões mensais.

Como tantas vezes em seu governo, Lula fez que não havia nada demais. Duas semanas após os jornais publicarem a notícia dos tais contratos, o presidente recebeu Renan Calheiros no Palácio do Planalto. Deu-lhe uma boa nova: o Governo Federal iria inaugurar obras no interior de Alagoas, ainda antes das eleições municipais de 2008, em pleno reduto do senador. Dias depois, Lula telefonaria a Renan para outra boa notícia em primeira mão: a administração do PT decidira tocar obras de um metrô de superfície em Maceió. Lula trabalhava abertamente para reabilitá-lo. Ajudou seu filho, Renan Calheiros Filho, o “Renanzinho”, a ser reeleito prefeito de Murici (AL).

Em abril de 2008, o jornal O Globo, do Rio, ajudou a entender Lula um pouco melhor. Publicou o artigo “Lula, o pelego?”, do professor Francisco Weffort, fundador do PT e secretário-geral do partido de 1984 a 1988. Ele relatou uma viagem internacional na qual acompanhou Lula na década de 80. Um dirigente sindical metalúrgico foi agressivo com Lula na Alemanha. Estava furioso porque enviara dinheiro a São Bernardo do Campo (SP), mas não recebera qualquer prestação de contas do sindicato comandado por Lula. Já naquela época, Lula se desvencilhou do problema. Não sabia de nada.

Na mesma viagem, o mesmo constrangimento voltaria a se repetir nos Estados Unidos. Sindicalistas norte-americanos igualmente não teriam recebido a prestação de contas de um dinheiro encaminhado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, berço político de Lula. Novamente Lula desconversou e fez que não era com ele. Francisco Weffort saiu da direção do PT em 1989, e desligou-se do partido em 1995. Trecho do artigo:

“Até então era difícil imaginar que um partido tão afinado com o discurso da moral e da ética pudesse aninhar o ovo da serpente. Minha dúvida atual é a seguinte: será que a leniência do governo Lula em face da corrupção não tem raízes anteriores ao próprio governo? A propensão para tais práticas não teria origem mais antiga, no meio sindical onde nasceu o PT e a atual ‘república sindicalista’?”

O casal de ex-petistas Bruno Daniel e Marilena Nakano, irmão e cunhada do ex-prefeito Celso Daniel (PT), deixou às pressas o País e se mudou com os três filhos para a França. Em pleno regime democrático no Brasil, foram oficialmente reconhecidos como refugiados políticos pelo governo francês, em março de 2006, depois de receberem seguidas ameaças

de morte por insistirem na elucidação do assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP). O caso continuaria sem solução. De Bruno Daniel, em janeiro de 2008, em Paris:

- Depois de termos vivido os duros anos da ditadura militar, não imaginávamos que alguém seria obrigado a sair do País e se refugiar na condição de exilado. Para nossa surpresa, estamos diante dessa dura realidade.

No início deste livro, o leitor foi instado a responder por que Lula nomeara como ministro o filósofo Roberto Mangabeira Unger, que o acusara de ser o chefe do governo “mais corrupto da nossa história”. Exageros eventuais de Mangabeira Unger à parte, a resposta é simples: a acusação por ato de corrupção só é inaceitável para quem não é corrupto.